

REQUERIMENTO Nº , DE 2015

(Da COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA INVESTIGAR A CARTELIZAÇÃO NA FIXAÇÃO DE PREÇOS E DISTRIBUIÇÃO DE ÓRTESES E PRÓTESES, INCLUSIVE, COM A CRIAÇÃO DE ARTIFICIAL DIRECIONAMENTO DA DEMANDA E CAPTURA DOS SERVIÇOS MÉDICOS POR INTERESSES PRIVADOS - MÁFIA DAS ÓRTESES E PRÓTESES NO BRASIL)

Requer a criação de Comissão Especial para estudar o processo de inovação e incorporação tecnológica no complexo produtivo da saúde, no Brasil e no mundo.

Senhor Presidente:

Nós, Parlamentares membros da Comissão em epígrafe, requeremos, com fundamento no art. 17, inciso I, alínea m e no art. 22, inciso II do Regimento Interno, a criação de Comissão Especial destinada a o processo de inovação e incorporação tecnológica no complexo produtivo da saúde, no Brasil e no mundo e propor medidas legislativas concernentes.

JUSTIFICAÇÃO

No curso dos trabalhos da CPI da Máfia das Órteses e Próteses ficou patente que o rápido avanço das tecnologias médicas e da produção de novos recursos cria uma constante assimetria de informação entre os produtores e vendedores e os consumidores, situação especialmente grave quando se tem em conta que os consumidores, nesse caso específico, são pessoas fragilizadas pela doença. Essa assimetria extremada permitiu, no caso investigado por esta CPI, a prática de preços abusivos e descolados da realidade, práticas profissionais contra todas as regras da Medicina e o desenvolvimento de uma verdadeira indústria de sentenças judiciais para obrigar tanto planos de saúde privados como o Sistema Único de Saúde a

pagar por tratamentos não padronizados e dispositivos mais caros sem real necessidade.

Este Congresso Nacional houve por bem, acertadamente, aprovar há quatro anos a Lei nº 12.401, de 28 de abril de 2011, que dispõe sobre a assistência terapêutica e a incorporação de tecnologia em saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS. Apesar de consistir em avanço palpável, a lei revelou-se insuficiente para imbuir a gestão do SUS dos instrumentos adequados para esse fim.

Faz-se necessário, portanto, para que esta Casa legislativa esteja à altura do desafio de aprimorar a legislação concernente, que se estudem e analisem extensivamente e a fundo as questões referentes à inovação e incorporação de novas tecnologias pelos sistemas de saúde, incluindo as experiências bem sucedidas de outros países com seus próprios sistemas, tarefa que somente poderá ser bem efetuada por uma Comissão Especial com esse tema, até mesmo para evitar que no futuro se precisem criar novas Comissões Parlamentares de Inquérito.

Sala da Comissão, em de de 2015.

Deputado GERALDO RESENDE
Presidente

Deputado ANDRÉ FUFUCA
Relator

APOIAMENTO

NOME DO PARLAMENTAR

ASSINATURA
